

**EVOLUÇÃO HISTÓRICA DA INFLAÇÃO E DOS MÉTODOS DE
RECONHECIMENTO DE SUAS VARIAÇÕES NO PATRIMÔNIO DAS
ENTIDADES NO BRASIL**

**HISTORICAL EVOLUTION OF INFLATION AND METHODS OF RECOGNITION OF
ITS VARIATIONS IN THE COMPANIES PATRIMONY IN BRAZIL**

1. Murillo Lima Assunção

Graduando em Ciências Contábeis pela UniEvangelica - GO.

2. Daniel Hassel Mendes

Professor do Curso de Ciências Contábeis pela UniEVANGÉLICA-GO

1. Murillo Lima Assunção. Bacharelado do curso de Ciências Contábeis pelo Centro Universitário de Anápolis (UniEVANGÉLICA) – Brasil - E-mail: murillo.lima95@gmail.com

2. Daniel Hassel Mendes. Professor do curso de Ciências Contábeis do Centro Universitário de Anápolis (UniEVANGÉLICA) – Brasil - E-mail: danielhmendes@hotmail.com

Resumo

A contabilidade tem como objetivo o fornecimento de informações úteis e fidedignas a seus usuários para a tomada de decisão. A inflação por alterar o valor da moeda pode afetar significativamente as demonstrações se não reconhecida, resultando em informações distorcidas com o passar dos anos. Desta forma buscou-se com o presente estudo avaliar se a inflação e suas variações causam distorções significativas para serem reconhecidas na contabilidade. Utilizou-se a pesquisa bibliográfica para fundamentação teórica e aprofundamento dos conhecimentos acerca do tema. Pode-se observar que ao passar dos anos métodos diferentes para atualização de valores do Patrimônio das empresas foram desenvolvidos, com o intuito sempre de manter as demonstrações pertinentes a seus usuários e exprimindo sempre a realidade em consonância com o objetivo de produzir informações úteis e fidedignas. Desta forma conclui-se que o reconhecimento da inflação e as variações por ela produzida nos preços dos bens pode influenciar a contabilidade de modo que métodos para reconhecimento destas distorções são criados, extintos e dão lugar a novos para atender os usuários da informação.

Palavras-chave: Inflação. Patrimônio. Contabilidade.

Abstract

Accounting aims to provide useful and reliable information to its users for decision making. Inflation by changing the value of the currency can significantly affect the unrecognized statements, resulting in distorted information over the years. Thus, the present study to assess whether inflation and its variations cause significant distortions to be recognized in accounting. The bibliographical research was used for theoretical foundation and deepening of the knowledge about the subject. It can be observed that, over the years, different methods for updating corporate equity values have been developed, with the aim of always keeping the statements relevant to its users and always expressing reality in line with the objective of producing useful and reliable information. In this way it is concluded that the recognition of inflation and the changes produced by it in the prices of goods can influence the accounting so that methods for the recognition of these distortions are created, extinct and give way to new ones to serve the information users.

Key-words: Inflation. Patrimony. Accounting.

1. Introdução

A Contabilidade tem como um de seus objetivos oferecer informações úteis e relevantes para que os usuários das mesmas tomem decisões acerca da entidade a que se referem. Os efeitos da inflação afetam significativamente o poder de compra da moeda, o valor dos bens, assim como os valores apresentados nas demonstrações contábeis, distorcendo a informação se neste caso for ignorada. O Brasil enfrentou um período de altíssimos índices inflacionários entre as décadas de 80 e 90 que levou a instituição de métodos de correção monetária para o ajuste das demonstrações conforme as variações da inflação, métodos estes conhecidos como Correção Monetária de Balanço e posteriormente Correção Monetária Integral. Entretanto, com a implantação e sucesso do Plano Real, os índices inflacionários reduziram drasticamente, levando a interpretação de que a correção das demonstrações não mais era necessária.

Desta forma, neste novo ambiente econômico criado após o Plano Real, com índices inflacionários baixos e com a instituição da Lei nº 9.249 de 1995 que revoga a utilização de qualquer sistemática de correção monetária, métodos com o intuito de manter a atualização dos valores dos bens são criados, extintos e dão lugar a outros atualizados que buscam sempre manter a informação sempre útil aos usuários. Segundo Padoveze (2010) a atualização monetária é ferramenta útil para atualização de informações produzidas em períodos anteriores de acordo com a inflação acumulada de períodos mais recentes, desta forma o caráter informativo das demonstrações se mantém atualizado de acordo com a realidade da época independente de quando aquela informação foi registrada, se mantendo útil para os usuários da informação. Mesmo com a revogação da correção monetária atualmente existem métodos de reavaliação dos valores de ativos como o teste de recuperabilidade, assim como a atualização monetária em casos de hiperinflação prevista no CPC 42 – Contabilidade em Economia Inflacionária.

Procura-se com o presente trabalho responder o seguinte problema, A inflação afeta de forma significativa o patrimônio para seu reconhecimento na contabilidade ser relevante? Tendo como objetivo geral historiar os métodos de ajuste do patrimônio perante as variações da inflação e sua influência no mercado. Objetivos específicos: Definir Inflação, historiar a Inflação no Brasil, Definir os Principais Índices de Inflação no Brasil e Historiar os métodos de atualização do patrimônio. O trabalho justifica-se pela necessidade de se analisar se as

distorções causadas pelas variações da inflação são relevantes o suficiente para serem reconhecidas na contabilidade.

2. Referencial Teórico

2.1 Inflação

A inflação é caracterizada pela alta contínua nos preços dos produtos e serviços de determinada região em certo período de tempo, assim como afirma Vianna (2003), quando os índices inflacionários aumentam, o poder de compra da moeda diminui. Já para Padoveze (2010), a inflação é um efeito de difícil mensuração, pois não existe apenas uma única forma de medição da inflação, uma vez que ela afeta de forma diferente e individualizada cada pessoa ou entidade, sendo os índices inflacionários divulgados, formas genéricas de representação da inflação para que possam ser utilizados como parâmetros para todos. Corroborando ainda com esta definição, de acordo com Blanchard (2011) esses aumentos contínuos dos preços dos produtos e serviços derivam dos índices inflacionários, que podem ser mais de um e variam de acordo com a economia do país ou região do qual estão atrelados.

Segundo Vianna (2003), é importante a continuidade como característica da inflação para gerar algum efeito econômico, uma vez que aumentos esporádicos tendem a ser ajustados pelo próprio mercado. O processo inflacionário não diz respeito a somente um bem ou serviço, mas sim a todo o conjunto dos mesmos, uma vez que a inflação é calculada através de média desses preços. A inflação é um problema universal que impacta de forma geral a renda, as taxas de emprego e os preços em geral, como afirmam Passos e Nogami (2015).

A inflação pode ocorrer devido a alta demanda de determinados produtos ou serviços sem que a oferta dos mesmos seja suficiente para suprir as necessidades daqueles que os requerem, fazendo com que os poucos que estão ofertados no mercado sejam supervalorizados devido a escassez. Altas nos índices inflacionários também ocorrem quando os custos atrelados sofrem aumentos significativos, como salários e matéria-prima, elevando drasticamente o preço final daquilo que é ofertado no mercado. Por fim, a emissão de moeda pelo governo sem lastro também gera inflação, pois a oferta da moeda se torna maior, conseqüentemente os preços sobem e o poder de compra da moeda diminui. No período inflacionário, os que auferem baixa renda são os mais afetados, pois não conseguem se

proteger financeiramente dos efeitos da perda do poder de compra da moeda, a distribuição de renda tende a piorar nesse período, conforme entendido por Sampaio (2018).

Desta forma, segundo Friedman (1994), a inflação sempre será um fenômeno monetário e como a inflação está sempre atrelada de alguma forma ao aumento dos meios de pagamentos, como afirmam Nunes S. e Nunes J. (2014), o tratamento para o aumento da inflação seria uma política monetária eficaz, assim como afirma também Pastore (2015, p. 11) “Sem política monetária austera, não há programa anti-inflacionário que funcione”.

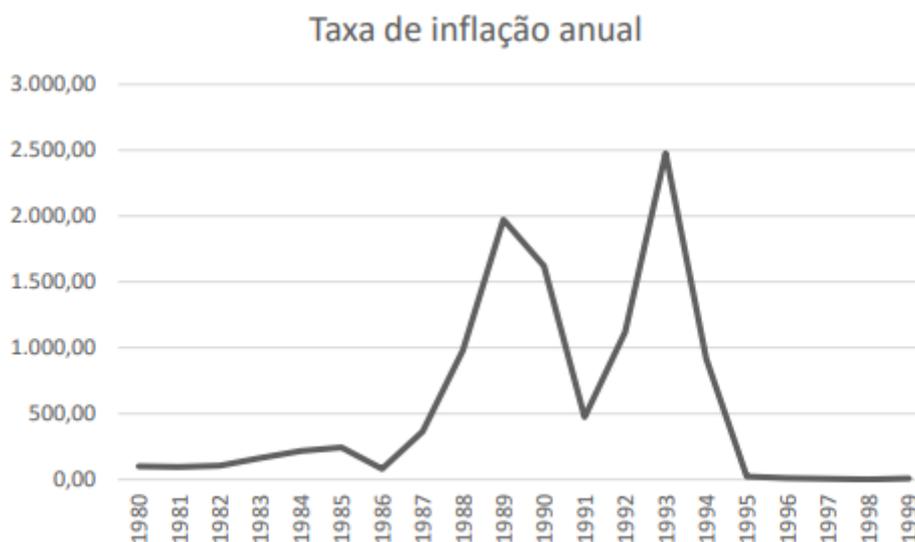
2.2 Inflação no Brasil

Nas décadas de 80 e 90 nos governos que deram início ao processo de redemocratização política do país como afirma Junior (2014). O Brasil passou por um período de altos níveis de inflação ultrapassando até mesmo os quatro dígitos, várias políticas monetárias com intuito de estabilizar a inflação foram lançadas, muitas sem sucesso e outras com redução momentânea dos índices inflacionários, mas que depois de um certo tempo se mostravam novamente ineficazes.

Ainda segundo Junior (2014), nos anos de 1985 a 1994 os governos de Sarney, Collor e Itamar Franco tiveram que conviver com a instabilidade econômica de um país passando pelo processo de transição democrática, juntamente com a descontrolada e persistente inflação do período, que fez com que esses governos adotassem medidas drásticas para alcançarem seus objetivos de estabilização política e controle da inflação, resultando em mais instabilidade e inflação, além também da perda de seus apoiadores políticos, aprofundando ainda mais o país em crise política.

Foi somente no governo de Itamar Franco quando Fernando Henrique Cardoso assumiu a Secretaria da Fazenda que os planos que serviriam para a redução e controle efetivos da inflação realmente começaram a tomar forma. Assim como cita Junior (2014), podemos considerar o governo de Itamar Franco como de transição dos altos índices de inflação, para a inflação mais controlada e baixa. O sucesso do Plano Real, elaborado pela equipe de Fernando Henrique Cardoso e colocado em prática no Governo Itamar Franco, em cumprir com seus objetivos de estabilizar os preços dos serviços e produtos, reduzir e controlar a inflação e trazer crescimento econômico para o país, corroborou fortemente para a candidatura e posteriormente eleição de FHC para a presidência da República.

No gráfico abaixo é possível visualizar a variação da inflação durante essas décadas, além também da brusca queda e estabilização da mesma ao final do ano de 1994 e início de 1995 quando o Plano Real entrou em ação.



Fonte: IPEADATA, 2017.

2.3 Principais Índices de inflação no Brasil

Cada índice inflacionário possui instituto responsável pelo seu cálculo e publicação, além de possuírem características próprias, segue abaixo relação dos principais índices no Brasil:

O IPC (Índice de Preço ao Consumidor) de acordo com o Portal Brasil tem como instituto responsável pelo seu cálculo a Fundação Getúlio Vargas (FGV), são utilizados dados coletados das cidades do Rio de Janeiro e São Paulo para medir o aumento dos preços para famílias brasileiras com renda de 1 a 33 salários mínimos.

O IPCA (Índice Nacional de Preço ao Consumidor Amplo) tem seu cálculo e é publicado pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), de acordo com o Portal Brasil, foi instituído inicialmente com a intenção de realizar a correção monetária das demonstrações publicadas pelas Sociedades por ação, avalia o impacto das despesas como educação e alimentação no orçamento total das famílias que auferem renda de 1 a 40 salários mínimos nas regiões metropolitanas das cidades de Belém, Fortaleza, Recife, Salvador, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo, Curitiba e Porto Alegre, Brasília e Goiânia.

INPC (Índice Nacional de Preços ao consumidor) segundo o Portal Brasil foi criado inicialmente para ser utilizado no reajuste do salário dos trabalhadores, avalia os mesmos parâmetros do IPCA entretanto, apenas nas famílias que auferem renda de 1 a 5 salários mínimos, o que equivalem a 50 % das famílias brasileiras.

Temos ainda índices cujo instituto responsável pelo seu cálculo e publicação é a Fundação Getúlio Vargas (FGV), sendo esses: IPA (Índice de Preços ao Produtor Amplo) tem como avalia a variação dos preços de produtos agrícolas e industriais tanto no atacado como no varejo; INCC (Índice Nacional de Preços da Construção Civil) utilizado nos financiamentos das construtoras avalia a variação dos preços dos custos da construção civil, como materiais e mão-de-obra; IGP (Índice Geral de Preços), que utiliza média ponderada dos índices INCC, IPA e IPC, IGP-M e (Índice Geral de Preços do Mercado) têm em sua composição 60% do IPA, 30% do IPC e 10% do INCC, avalia a variação nos preços das matérias-primas dos produtos industrializados e agrícolas no atacado, além de medir também a variação dos bens e serviços para consumidor final.

2.4 Impacto da Inflação sobre o Patrimônio

A maneira como a inflação impacta o patrimônio pode variar de acordo com duas características, se é um item monetário, ou seja, possui seu valor atrelado diretamente à moeda, como duplicatas ou valores de caixa e equivalentes, ou não monetário, que são aqueles cujo valor depende de um evento futuro, como a alienação do bem. A exemplo, segundo Padoveze (2010), os ativos monetários são os que sofrem maior perda perante a inflação, o seu valor permanece o mesmo perante seu registro inicial, entretanto seu poder de compra é comprometido com as variações da inflação, diferentemente dos ativos não monetários, como imóveis, onde temos o que é chamada de valorização, onde o valor do item aumenta em relação ao seu valor inicial de registro na data de aquisição, porém este ganho somente será verificado ao realizar a venda ou reavaliação deste bem.

Dentro deste conceito ainda temos os ativos monetários que possuem algum mecanismo de defesa, como aplicações financeiras atreladas a índices pós ou pré-fixados, desta forma mesmo tendo seu valor atrelado a moeda o ativo está protegido da inflação por meio instrumento legal ou contrato, segundo afirma Padoveze (2010). Os ativos que não possuem tal forma de proteção são denominados de ativos monetários puros.

Os conceitos de monetário e não monetário, também estendem-se aos passivos, entretanto funcionando de forma diferente, os passivos monetários puros que propiciam ganhos para a empresa pois seus valores não são atualizados, como duplicatas a pagar, onde o valor para liquidação permanece o mesmo independente da inflação, tendo também os passivos monetários com proteção, onde a dívida pode ter seu valor atualizado conforme contrato, como empréstimos ou financiamentos, além é claro dos passivos não monetários, como adiantamentos de clientes, o valor referente a determinadas mercadorias recebido antecipadamente pode não ser o mesmo ao realizar a entrega.

De acordo com Iudícibus (1998), o impacto das flutuações da moeda em países como o Brasil é demasiadamente grande para ser ignorado na Contabilidade e na Análise das demonstrações realizadas pelos usuários que têm interesse em tal informação. Ainda segundo o autor, as análises vertical e horizontal são insuficientes para demonstrar as reais distorções pelo reconhecimento da inflação nas demonstrações, sendo assim de mais valia a utilização de indicadores de rentabilidade para tal análise.

2.6 Correção monetária

De acordo com Padoveze (2010) a correção monetária é ferramenta útil para atualização de informações produzidas em períodos anteriores de acordo com a inflação acumulada de períodos mais recentes, desta forma o caráter informativo das demonstrações se mantém atualizado de acordo com a realidade da época independente de quando aquela informação foi registrada, mantendo-se útil para os usuários da informação.

Padoveze (2010) afirma que a correção monetária teve seu uso intensificado a partir de 1964, principalmente na contabilidade, onde a atualização de certas contas se tornou obrigatória. No Brasil durante as décadas de 80 e 90, onde os índices inflacionários foram extremamente altos, foram instituídas algumas técnicas para o efetivo reconhecimento dos efeitos da inflação nas demonstrações contábeis: Correção Monetária de Balanço (CMB) e a Correção Monetária Integral (CMI). A Correção Monetária de Balanço (CMB) ou Correção Societária, instituída pelo art. 185 da Lei 6.404./1976, Lei das Sociedades por ação, segundo Pinheiro *et al* (2014) consistia na atualização do saldo das contas do Ativo Imobilizado e Patrimônio Líquido, consideradas itens não monetários, a correção era feita diretamente nas próprias contas, tendo como contrapartida uma conta de resultado, conta essa que dependendo

de seu saldo, positivo ou negativo, era transferida para o resultado do exercício como receita ou despesa, desta forma somente uma única conta demonstrava os efeitos da correção nos passivos e ativos monetários. O Decreto-Lei nº 1598/78, estendeu para as demais sociedades este modelo de correção.

Segundo Rezende (2009) A Correção Monetária de Balanço utiliza somente das contas de Ativo Imobilizado e Patrimônio Líquido se justifica, pois são estas contas que possuem os valores que permanecem por um período maior de tempo nas demonstrações contábeis, sendo assim as mais afetadas pelo acúmulo da inflação conforme o passar dos anos. Este método de correção ajusta o Lucro do Exercício através do lançamento da conta de Despesa com Correção Monetária na Demonstração do Resultado do Exercício. . .

Segundo Padoveze (2010) em 1987 a CVM, Comissão de Valores Imobiliários, órgão este que regulariza a Bolsa de Valores, através de sua Instrução Normativa CVM nº 64/87, instituiu novo método mais completo de correção monetária, aperfeiçoando ainda mais esta sistemática, denominado de Correção Monetária Integral (CMI), este método de acordo com Pinheiro *et al* (2014), consiste no ajuste pela inflação de todas as contas patrimoniais e de resultado, os efeitos são explícitos nas demonstrações através da correção que utiliza de índice que reflete a perda da capacidade aquisitiva da moeda corrente. O primeiro aspecto complexo da utilização da CMI é o estabelecimento deste índice. A CVM através de sua instrução normativa de nº 191/1992 institui a Unidade Monetária Contábil (UMC), moeda cuja capacidade aquisitiva é constante, conforme Pinheiro *et al* (2014).

Devem ser considerados alguns aspectos para elaboração de demonstrações contábeis corrigidas integralmente de acordo com Ribeiro (2005):

- Contas Patrimoniais monetárias não deverão ser corrigidas, sendo registradas e mantendo seus valores históricos no Balanço Patrimonial.
- A perda gerada pela diferença entre o valor histórico e o corrigido das contas Caixa e equivalente será lançada na DRE afetando a apuração de forma negativa;
- Receita de vendas, Custo das Mercadorias e Estoque serão afetadas pelo ajuste a valor presente, resultando em perdas ou ganhos, das contas de Clientes e Fornecedores;
- Aplicações Financeiras e Empréstimos serão ajustados a valor presente, onde as perdas ou ganhos desses ajustes afetarão as contas de Receitas ou Despesas financeiras;

- As contas restantes de Direitos e Obrigações serão registradas pelos seus valores históricos, ajustados a valor presente na data do Balanço.
- Constas Patrimoniais não monetárias constarão na DRE pelos seus valores atualizados.

Conforme Pinheiro *et al* (2014) *apud* González (1999), o modelo de correção monetária adotado no Brasil, através do método de correção Monetária Integral atingiu tamanho nível de excelência em sua época, que foi reconhecido mundialmente pela IASC (atual IASB), como o método mais avançado de correção existente. Entretanto, de acordo com Padoveze (2010) com o início do Plano Real em 1994 resultando na estabilização e redução da inflação, foi publicada a Lei nº 9.249/95 que suspendia a obrigatoriedade da Correção monetária tanto para fins comerciais como fiscais, pois foi subentendido que com os índices inflacionários tão baixos, a correção não seria mais necessária, pois o impacto já não seria relevante. Com a publicação da Resolução nº 900/91, a correção se tornou compulsória se a inflação acumulada no triênio fosse superior a 100% .

Conforme Pegoraro et al. (2011), ambos os métodos possuem a mesma finalidade, apurar os efeito da inflação sobre as demonstrações contábeis, entretanto pode-se perceber que a Correção Monetária de Balanço apura os efeitos somente sobre as contas consideradas não monetárias, que dizem respeito aos valores registrados nas contas do Ativo Imobilizado e Patrimônio Líquido, já na Correção Monetária Integral são considerados também os itens monetários, apesar das diferenças entres os métodos o que não pode ocorrer segundo os próprios autores é o não reconhecimento de nenhuma variação nas demonstrações por menor que seja o índice inflacionário, pois desta forma a contabilidade não demonstra a realidade e presta desserviço pela divulgação de informações que não são adequadas.

2.7 Reavaliação de ativos

De acordo com Futida (2012) A Reavaliação de ativos consiste na diferença entre o valor contábil do bem, líquido de suas depreciações e o seu valor de mercado, processo este optativo e vedado a contabilização a partir do ano de 2008 até que seja publicada normativa que o regularize, o que não aconteceu até então. Com a adoção deste método, o custo original é abandonado, objetivando desta forma que as demonstrações reflitam de maneira mais concisa o valor do bem, o deixando mais próximo aos valores de reposição.

Segundo NPC 24 que trata da Reavaliação de Ativos, tal reavaliação somente poderia ser feita com base em laudos técnicos elaborados por peritos ou empresa especializada, constando cada item patrimonial reavaliado, além da vida útil dos mesmos para fins de depreciação, mantendo assim a confiabilidade de que os valores expressavam a realidade. Conforme entendimento da própria NPC, os valores reavaliados poderiam ser apropriados aos custos e despesas da entidade através da depreciação, apurando resultados ainda mais consonantes com a realidade.

O registro dos valores de reavaliação do ativo deveria ser feito em conta própria denominada “Reserva de Reavaliação do Patrimônio“, além da elaboração de notas explicativas elucidando conforme o parecer, as reavaliações feitas.

2.8 Custo Atribuído

Com a convergência das normas Brasileiras de Contabilidade para as normas Internacionais, deixou-se de utilizar a Reavaliação de Ativos, cabendo então a utilização do custo atribuído (deemed cost) para a mensuração inicial de ativos dentro das novas normas caso o ativo registrado estivesse substancialmente ou totalmente depreciado, ou sofreu com as diversas variações de preços no mercado geradas principalmente pela inflação, mas continuasse em uso, fazendo com que os resultados não demonstrassem a realidade, conforme item 12 do ICPC 10.

Desta forma então, conforme Futida (2012), a empresa pôde optar por um valor justo de mercado ao ativo imobilizado, realizando o ajuste na conta de “Ajuste de Avaliação Patrimonial”, estimando o prazo de vida útil remanescente do item conforme avaliação pertinente.

Os efeitos da aplicação do custo atribuído sobre o saldo do ativo segundo Futida (2012) deviam ser contabilizados no primeiro exercício social em que se iniciasse a utilização do CPC 27 – Ativo Imobilizado, sendo as demonstrações anteriores à convergência das normas Brasileiras às Internacionais ajustadas para fins comparativos.

A utilização do custo atribuído se restringe a somente a mensuração inicial do ativo na data da convergência às normas Internacionais, em ou após 1º de janeiro de 2009 para as empresas de Capital Aberto, não sendo possível revisão desta opção em períodos posteriores, não ficando claro se é possível a adoção ao método em período posterior para as demais

empresas. A reavaliação pelo custo atribuído não têm nenhum efeito fiscal, desta forma não influenciando na apuração de impostos ou contribuições.

2.9 Teste de Recuperabilidade

Regido pelo CPC 01 (R1) (2010) que trata da Redução a Valor Recuperável de Ativos, o Teste de Recuperabilidade têm como objetivo verificar as perdas na geração de benefícios futuros de ativos ou unidades geradoras de caixa. O CPC estabelece procedimentos para que as entidades se certifiquem que seus ativos não se encontram registrados em suas demonstrações por valores excedentes aos seus valores recuperáveis. Desta forma, segundo Machado e Lorandi (2016) o valor do ativo excede seu valor de recuperação quando seu valor contábil é maior que o valor a ser recuperado pela venda ou uso do bem.

Ainda segundo o CPC (R1) (2010) a Entidade deve verificar ao fim de cada exercício se houve indício de desvalorização de algum ativo, se houver tal indicação, a Empresa deve proceder com a estimativa do valor recuperável do bem. Independente se houver ou não indícios de redução a valor recuperável a Entidade deve realizar o teste no mínimo anualmente.

A perda a ser registrada devido a diferença a maior do valor contábil do ativo para o valor realizável deve ser lançada em conta redutora do ativo em questão, tendo como contrapartida conta de resultado referente a despesa com a perda por desvalorização do ativo. Caso o valor contábil seja menor que o valor recuperável, nada se têm a fazer, pois o valor do bem não pode ser acrescido.

3. Características qualitativas da informação contábil

A Resolução nº 750 de 1993, publicada pelo CFC (Conselho Federal de Contabilidade), já revogada, instituiu os Princípios Fundamentais de Contabilidade, princípios esses que norteiam a profissão contábil, que conforme o Artigo 1º, parágrafo 1º da própria resolução, a observância aos princípios é fundamental para a profissão contábil além de ser obrigatória e é condição que dá legitimidade as Normas Brasileiras de Contabilidade (NBC). Dentre os princípios estabelecidos na resolução se encontrava o da Atualização Monetária, relevante para a época devido a inflação já discutida anteriormente, princípio este que determinava que as variações no poder aquisitivo da moeda deveriam ser reconhecidas nos registros contábeis através do ajuste dos valores dos componentes patrimoniais, tornando assim as demonstrações atualizadas e úteis para a tomada de decisão pelos usuários da

informação que lidavam com variações altas nos índices inflacionários. Com a inflação estabilizada após o Plano Real e todas as alterações entorno da correção monetária, a Resolução CFC N° 1282 de 2010 revogou o princípio da Atualização Monetária.

Segundo Martins *et al* (2013), com a convergência das normas Brasileiras de contabilidade aos padrões Internacionais publicados pelo IASB (International Accounting Standards Board) a publicação da Lei 11.638 de 2007 e a revogação da Resolução CFC n° 750 de 1993, em detrimento dos Princípios Fundamentais de Contabilidade passou-se a utilizar a denominação de Características Qualitativas da Informação Contábil, presentes no capítulo 3 do CPC 00 (R1) - Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro, sendo elas características fundamentais: relevância, materialidade e representação fidedigna e características qualitativas de melhoria: comparabilidade, verificabilidade, tempestividade e compreensibilidade.

A informação contábil relevante é aquela que possui a capacidade de fazer diferença nas decisões tomadas pelos usuários da informação contábil, sendo eles investidores, credores por empréstimos e outros credores, existentes ou em potencial mesmo parte desses usuários decidindo por não usá-la ou já a possuindo previamente por outros meios. Tal informação podendo possuir valores preditivo, permitindo aos usuários predizer resultados futuros para tomada de decisão e confirmatório, podendo servir como forma de confirmação. A informação é considerada material se publicada com erros ou até mesmo sua falta puder influenciar diretamente as decisões dos usuários da informação, já a informação contábil representada de forma fidedigna é aquela em que seus fatos apresentados exprimem a total realidade dos acontecimentos que ela se põe a demonstrar aos usuários.

Quanto as características qualitativas de melhoria, a comparabilidade diz respeito a informação que para tomada de decisão pode ser comparada com aquela de igual valor em outras entidades, a informação que possui a verificabilidade como sua característica pode ser observada por vários usuários onde todos que mantiveram contato com a mesma possam chegar ao mesmo consenso, compreensível é aquela informação que apresenta seus dados de forma clara e objetiva e tempestividade é a obtenção da informação a tempo de poder influenciar os usuários nas suas decisões a cerca da Entidade.

3.1 Estudos Prévios

Em seu estudo, Pegoraro *et al.* (2011) aplicou o método de correção monetária estabelecido anteriormente pela legislação brasileira quando ainda era relevante em determinada empresa Brasileira cuja atividade principal era o comércio, com objetivo de avaliar as distorções ocorridas com o reconhecimento da inflação nas demonstrações contábeis da mesma no período que compreende os anos de 1996 e 2009, utilizando do IGP-M para tal correção, chegando então a conclusão de que são significativas as diferenças e que a falta da correção afeta a fidedignidade da informação, uma vez que a informação repassada ao usuário que pode utilizá-la para a tomada de decisões é distorcida da realidade. É importante ressaltar que a aplicação da pesquisa do autor se inicia justamente em 1996 quando a correção já foi revogada por se entender que a variação da inflação não mais era relevante, o que através da pesquisa do autor pode-se notar exatamente o contrário.

Silva (2018) ao aplicar a correção nas demonstrações de empresas de telemarketing conclui que mesmo o cenário atual da inflação no Brasil sendo menor do que o enfrentado nas décadas de 80 e 90 ainda há variação que por menor que seja afeta as demonstrações e a contabilidade como geradora das informações pertinentes aos empresários e demais usuários da informação deve avaliar se o reconhecimento das variações nas demonstrações contábeis afetam aqueles que a utilizarão, uma vez que a contabilidade deve prezar pela qualidade da informação prestada e sua representação fidedigna.

Assim como concluem Oliveira e Alves (2017) em sua pesquisa, onde a correção monetária foi aplicada nas demonstrações da empresa Ambev S.A, a falta da correção pode prejudicar a administração da empresa, devido as decisões serem tomadas sobre informações distorcidas, a exemplo dos autores em sua pesquisa a distorção pôde chegar a 66%, afetando negativamente o Resultado do Exercício da empresa ao ser corrigido pelo IPC-A. Importante lembrar também, como citado pelos autores, que o Parecer de Orientação nº 29 de 1996 da CVM orienta que as Empresas de Capital Aberto devem continuar corrigindo suas demonstrações financeiras voluntariamente para atender fins gerenciais, além de cumprir com o CPC 00 (R1), que orienta que as informações prestadas devem ser confiáveis e representar de maneira fidedigna a situação da empresa.

Oliveira, Marques e Canan (2007) em seu estudo sobre a correção monetária das demonstrações do Serviço Social da Indústria – SESI concluem que as demonstrações

contábeis são afetadas de maneira significativa quando corrigidas pela inflação. O período de estudo dos autores tendo seu início às demonstrações de 1996 até o ano de 2006, pode demonstrar como foi a evolução da inflação um pouco mais de um ano da execução do Plano Real. Segundo ainda com os autores, a Correção Monetária de Balanço que teve sua exigibilidade suspensa em 1995 era um sistema de preservação patrimonial de muita importância que com a sua extinção trouxe uma queda na qualidade da informação contábil.

Gabriel, Assaf Neto e Corrar (2005) em seu estudo em mais de 50 bancos nos anos de 1996 a 2002 concluíram que mesmo com índices inflacionários baixos, como no ano de 1998 as diferenças continuam sendo significativas, provando desta forma conforme Pegoraro *et al* (2011, pg 4) que “os efeitos da inflação devem ser considerados por ocasião da análise da rentabilidade e da adequação do capital das empresas.”

Em outra perspectiva os autores Ambrozini, Bonacim e Assaf Neto (2008), demonstraram em sua pesquisa que o reconhecimento dos efeitos inflacionários distorceu de maneira significativa os lucros das 225 empresas não financeiras estudadas no período de 1996 a 2004. Ainda concluem os autores que as empresas que mais fizeram a distribuição de dividendos a seus sócios acionistas foram as que mais ganharam com o reconhecimento da inflação, assim como as que menos distribuíram sofreram mais com a desvalorização do poder aquisitivo da moeda.

3.2 Contabilidade em Economia Hiperinflacionária

Atualmente a atualização monetária é regida pelo CPC 42 – Contabilidade em Economia Hiperinflacionária, que prevê a sua aplicação sobre as demonstrações contábeis de qualquer entidade cuja moeda funcional sofra com a hiperinflação, não sendo este o caso atualmente do Brasil. Segundo o próprio pronunciamento demonstrações contábeis em economias hiperinflacionárias sem a devida atualização monetária deixam de ser úteis, pois o poder aquisitivo da moeda é reduzido. A comparação de valores atuais não corrigidos com valores de períodos anteriores é enganosa sem a devida atenção a atualização de seus valores.

O pronunciamento não define de maneira absoluta qual a taxa de inflação que pode ser considerada como hiperinflação, desta forma cabendo julgamento próprio para a entidade sobre quando a aplicação deste pronunciamento é necessária. A atualização monetária quando aplicada de acordo com o CPC 42 deve utilizar de Índice Geral de Preços que reflita de modo

geral a mudança no poder aquisitivo da moeda, destacando-se que é preferível que entidades que utilizam da mesma moeda realizem a aplicação do mesmo índice quanto a atualização de suas demonstrações.

A Entidade que possui ativos monetários financeiros em quantidade superior aos passivos, perde poder aquisitivo, há o aumento no poder aquisitivo caso a entidade possua mais passivos monetários que ativos. Esses ganhos ou perdas na posição monetária líquida da entidade devem ser registrados no resultado. O ajuste a esses ativos ou passivos quando atrelados a contratos também devem ser registrados no resultado, apesar de apresentados de forma separada, podem ser úteis se divulgados juntamente com os resultados da posição monetária líquida, atualizados pela inflação.

3.3 Metodologia

Para fundamentação teórica e aprofundamento do conhecimento acerca do tema utilizou-se de pesquisa bibliográfica que segundo Appolinário (2011) se restringe à análise de documentos. A estratégia deste método de pesquisa consiste na coleta de dados e revisão de literatura para obtenção de respostas. Observa-se desta maneira então que a pesquisa bibliográfica consiste na leitura de arquivos, livros, textos, artigos e diversos meios para obtenção das respostas.

Segundo Lakatos (2017, p 32) “Pesquisa Bibliográfica trata-se de levantamento de referências já publicadas, em forma de artigos científicos (impressos ou virtuais), livros, teses de doutorado, dissertações de mestrado. Sua finalidade é colocar o pesquisador em contato direto com o que foi escrito sobre determinado assunto”. Entende-se então que a pesquisa bibliográfica é utilizada para deixar o pesquisador a par do que já foi escrito sobre o assunto pesquisado.

4. Conclusão

Desta forma é possível concluir que as variações da inflação são relevantes para a contabilidade, entretanto a atualização monetária somente será realizada quando identificada hiperinflação na moeda utilizada para divulgação das demonstrações pela entidade. Pode se verificar que diversos métodos, apesar de não relacionados diretamente com ajuste pela inflação, buscam atualizar as demonstrações contábeis para que expressem sempre da melhor forma a informação divulgada, buscando sempre a fidedignidade dos dados. A exemplo, o teste de recuperabilidade, apesar de não utilizar nenhum índice inflacionário para atualização

do valor do ativo, utiliza do valor recuperável, ou seja, o valor possível de se obter com um bem pelo seu uso ou venda, o que está diretamente atrelado ao mercado no qual aquele bem se encontra inserido que de certa forma é atingido pela inflação, pois como visto no presente trabalho, a inflação coroe o poder aquisitivo da moeda e afeta todos os bens e serviços no mercado.

Alcançou-se o objetivo geral do trabalho em se historiar métodos que atualizam de certa forma os valores patrimoniais presentes nas demonstrações contábeis tanto em relação a inflação quanto a seu efeito no mercado, os objetivos específicos puderam ser elucidados através da definição de inflação e sua influência na sociedade, pode-se conhecer o histórico da inflação no Brasil, desde seus altos índices nas décadas de 80 e 90 a sua redução com a implementação do Plano Real, além das definições dos principais índices de inflação do País e suas particularidades, como institutos responsáveis e métodos de cálculo.

Vale-se salientar que alguns ativos específicos possuem métodos próprios de reconhecimento de perda ou recuperação, como o caso dos Estoques ou Ativos Biológicos, onde tais métodos se encontram em seus próprios CPCs, recomendando assim a sua leitura para aprofundamento do tema.

5. Referências Bibliográficas

- ABE, Tatiana Camasmie. Reavaliação de ativos: O que é ? Quando fazer? Como registrar?. Disponível em: http://www.fiscosoft.com.br/main_online_frame.php?page=/index.php?PID=126415>. Acesso em: 27 de junho de 2019.
- AMBROZINI, M.A.; BONACIM, C. A.G.; ASSAF NETO, A. O impacto do fim da correção monetária no resultado das companhias brasileiras de capital aberto e na distribuição de dividendos: estudo empírico no período pós-plano real. *Revista Qualis*, vol.7, n. 2, 2008.
- APPOLINÁRIO, Fabio. *Dicionário de Metodologia Científica: um guia para a produção do conhecimento científico*. – 2. ed. – São Paulo: atlas, 2011.
- ASSAF NETO, Alexandre. *Estrutura e análise de balanços: um enfoque econômico-financeiro, comércio e serviços, indústrias, bancos comerciais e múltiplos*. 4. ed. São Paulo: Atlas, 1998
- ASSAF NETO, Alexandre; LIMA, Fabiano Guasti. *Curso de Administração Financeira*. São Paulo: Editora Atlas S.a., 2009. 820 p.
- BLANCHARD, Olivier. *Macroeconomia*. Tradução: Luciana do Amaral Teixeira. 5ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2011.
- COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS. Parecer de Orientação CVM nº 29. Disponível em: < <http://www.cvm.gov.br/legislacao/pareceres-orientacao/pare029.html> >. Acesso em: 05 de maio de 2019.

COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS - CPC. Pronunciamento Conceitual Básico (R1) Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro. Disponível em: < http://static.cpc.aatb.com.br/Documentos/147_CPC00_R1.pdf>. Acesso em: 06 de abril de 2019

COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS - CPC. Pronunciamento Técnico CPC 01 (R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos. Disponível em: <http://static.cpc.aatb.com.br/Documentos/27_CPC_01_R1_rev%2012.pdf>. Acesso em: 27 de junho de 2019.

COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS - CPC. Pronunciamento Técnico CPC 42 - Contabilidade Em Economia Hiperinflacionária. Disponível em: < http://static.cpc.aatb.com.br/Documentos/558_CPC_42.pdf>. Acesso em: 27 de junho de 2019.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. Resolução CFC nº 1.282 de 2010. Disponível em: <http://www.normaslegais.com.br/legislacao/respcaocfc1282_2010.htm>. Acesso em: 06 de abril de 2019.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. Resolução CFC nº 750 de 1993. Disponível em: <http://www.oas.org/juridico/portuguese/res_750.pdf>. Acesso em: 06 de abril de 2019.

FRIEDMAN, Milton. Money Mischief: Episodes in Monetary History. Orlando: Harcourt Brace & Company, 1994.

FUTIDA, Honório. Reavaliação De Ativos: Conceito, Lei 11.638 E Reserva De Reavaliação. 24 de maio de 2012. Disponível em: <<https://www.afixcode.com.br/blog/reavaliacao-de-ativos/>>, acesso em 27 de junho de 2019.

FUTIDA, Honório. Icp 10: Deemed Cost E O Ajuste De Avaliação Patrimonial. Disponível em: < <https://www.afixcode.com.br/blog/icpc-10-deemed-cost-e-o-ajuste-de-avaliacao-patrimonial/> >, acesso em 27 de junho de 2019.

GABRIEL, F.; ASSAF NETO, A.; CORRAR, L. J. O impacto do fim da correção monetária na rentabilidade e adequação de capital nos bancos no Brasil. 2005. Disponível em <http://www4.bcb.gov.br/>. Acesso em 14/04/2019. Acesso em 06 de abril de 2019.

GONZÁLEZ, P. Revisão crítica do sistema de correção monetária vigente na Colômbia sob uma perspectiva da técnica desenvolvida no Brasil. Dissertação de mestrado. Universidade de São Paulo. São Paulo, 1999.

IBRACON - Instituto dos Auditores Independentes do Brasil. NPC 24 - Reavaliação De Ativos. Disponível em: <<http://www.portaldecontabilidade.com.br/ibracon/npc24.htm>>. Acesso em: 27 de junho de 2019.

IUDÍCIBUS, Sérgio de. Análise de balanços: análise da liquidez e do endividamento, análise do giro, rentabilidade e alavancagem financeira. 7. ed. São Paulo: Atlas, 1998.

JUNIOR, José Carlos Martines Belieiro. Inflação E Política No Brasil Contemporâneo: A Experiência Dos Governos FHC e Lula. ix encontro ABCP, 2014. Disponível em: < <https://cienciapolitica.org.br/system/files/documentos/eventos/2017/03/inflacao-e-politica-brasil-contemporaneo-experiencia-dos.pdf>>. Acesso em 23 de março de 2019.

KASSAI, José Roberto; KASSAI, Sílvia; SANTOS, Ariovaldo dos; ASSAF NETO, Alexandre. Retorno de investimento: abordagem matemática e contábil do lucro empresarial. São Paulo: Atlas, 1999.

LAKATOS, Eva Maria. Metodologia do trabalho científico: projetos de pesquisa / pesquisa bibliográfica/ teses de doutorado, dissertações de mestrado, trabalhos de conclusão de curso – 8. ed. – São Paulo: Atlas, 2017.

MACHADO, Larissa Mendes; LORANDI, Joisse Antonio. Teste de Recuperabilidade dos Ativos: Um estudo sobre a Evidenciação em Empresas de diferentes Segmentos da BM&FBOVESPA. 1º Congresso de Iniciação Científica em Contabilidade da UFRS. Porto Alegre, RS. 20 e 21 de outubro de 2016. Disponível em: < <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/178661>>. Acesso em: 27 de junho de 2019.

MARTINS, E.; ASSAF NETO, A. Administração financeira: as finanças das empresas sob condições inflacionárias. São Paulo: Atlas, 1986.

MARTINS, E.; GELBCKE, E. R.; SANTOS, A. IUDÍCIBUS, S. Manual de contabilidade societária: aplicável a todas as sociedades. Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis Atuariais e Financeiras (Fipecafi). 2. ed. São Paulo: Atlas, 2013.

MARTINS, Zilton Bartolomeu. MORAIS, Marisa Luciana Schwabe de. WOLLINGER, Helena. SOARES, Janypher Marcela Inácio. A inflação está controlada e não gera impacto nas decisões empresariais. Será?. Revista de Contabilidade e Organizações; 2016; Universidade do Vale do Itajaí. Disponível em: < www.revistas.usp.br/rco/article/download/121940/122526/>. Acesso em: 05 de maio de 2019.

NUNES, Sergio José Zeri; NUNES, Juliana Souza. A dinâmica da inflação alta e a ordem econômica constitucional. In: Âmbito Jurídico, Rio Grande, XVII, n. 126, jul 2014. Disponível em: <http://ambitojuridico.com.br/site/index.php/Paulo%20Leandro%20Mai%20a?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=14953&revista_caderno=9>. Acesso em 23 de março 2019.

OLIVEIRA, Alan Teixeira de; MARQUES, José Augusto Veiga da Costa; CANAN, Ivan. 11 anos sem correção!: uma análise dos efeitos da correção monetária não reconhecida nas demonstrações contábeis do serviço social da indústria - SESI de 1996 a 2006. Revista de Contabilidade do Mestrado em Ciências Contábeis da Uerj, Rio de Janeiro, v. 12, n. 3, p.1-12, set./dez., 2007. Disponível em: <<http://www.epublicacoes.uerj.br/ojs/index.php/rcmccuerj/article/view/5558>>. Acesso em: 06 de abril de 2019.

OLIVEIRA, Leonardo Augusto Silva ; ALVES, Leonardo Judice Maximiano. Correção Monetária Integral: Os efeitos inflacionários nas demonstrações financeiras. 2017. Disponível em: <<https://www.aedb.br/seget/arquivos/artigos17/322519.pdf>> acesso em: 28 de março de 2019.

PADOVEZE, Clóvis Luís, Contabilidade gerencial : um enfoque em sistema de informação contábil – 7. ed. – São Paulo : Atlas, 2010.

PASSOS, Carlos Roberto Martins; NOGAMI, Otto. Princípios de Economia. 6. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2015.

PASTORE, Affonso Celso. Inflação e Crises: o papel da moeda. 1. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2015.

PEGORARO, Daniela et al. Correção monetária de balanços: uma análise de seus efeitos no patrimônio e no resultado. In: XXXI encontro nacional de engenharia de produção, 31., 2011, PINHEIRO, Laura Edith Taboada, MORAES, Cristian Abib de, DUQUE, Flávia Silva de Lima. Os Efeitos do não Reconhecimento da Inflação nas Demonstrações Contábeis da Construtora Andrade Gutierrez. V Congresso Nacional de Administração e Ciências Contábeis - AdCont 2014 16 e 17 de outubro de 2014 - Rio de Janeiro, RJ. Disponível em: <<http://adcont.net/index.php/adcont/adcont2014/paper/viewFile/1400/344>>. Acesso em: 23 de março de 2019.

PORTAL BRASIL .Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC. Disponível em: <<http://www.portalbrasil.net/inpc.htm>>. Acesso em: 30 de março de 2019.

PORTAL BRASIL .Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA. Disponível em: <<https://www.portalbrasil.net/ipca.htm>>. Acesso em: 30 de março de 2019.

PORTAL BRASIL. Índice de Preços ao Consumidor - IPC-BR / DI. Disponível em: <http://www.portalbrasil.net/ipc_di.htm>. Acesso em: 30 de março de 2019.

REZENDE, Amaury José; GUERREIRO, Reinaldo. Um estudo sobre o processo de desinstitucionalização das práticas contábeis de correção monetária em empresas brasileiras. 2009. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/12/12136/tde-03092009-112111/>>. Acesso em 05 de maio de 2019.

RIBEIRO, O. M. Contabilidade avançada. 5ª Edição São Paulo: Saraiva, 2015.

SAMPAIO, Luiza Maria S. Moreira. Macroeconomia esquematizado®. 3 ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2018.

SILVA , Fabrício de oliveira. Correção Monetária e Análise Econômico-Financeira: um estudo em empresas de Telecomunicações. Universidade Federal do Rio Grande do Norte Centro de Ciências Sociais Aplicadas Departamento de Ciências Contábeis Curso de Ciências Contábeis; 2018. Disponível em: <https://monografias.ufrn.br/jspui/bitstream/123456789/7875/1/Correcaoomonetaria_Silva_2018, acesso em: 28 de março de 2019.

SUA PESQUISA. Índices de inflação no Brasil. Disponível em: <https://www.suapesquisa.com/economia/indices_inflacao_brasil.htm>. Acesso em 30 de março de 2019.

VIANNA, Pedro Jorge Ramos. Inflação. 1. ed. Barueri: Editora Manole, 2003.